

# **RINDO À NOSSA MODA: censura e dilemas nas páginas de *O Africano* durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**

Thiago Henrique Sampaio\*

**RESUMO:** A tipografia em Moçambique surgiu a partir da década de 1850, primeiro na Ilha de Moçambique e posteriormente nas regiões de Inhambane, Lourenço Marques e Quelimane. Essas primeiras publicações serviam os interesses da colonização portuguesa. Ao final do século XIX e primeira década do XX começou a se desenvolver uma imprensa gerida por uma elite negra local. Esse grupo buscava denunciar os abusos, corrupções e desleixos da administração colonial lusitana em território moçambicano. Um destes periódicos foi “*O Africano*”, que surgiu em 1908 como propriedade do Grêmio Africano de Lourenço Marques e durou até 1919. Com o início da Primeira Guerra Mundial e a entrada de Portugal no conflito armado, ocorreu um impacto significativo nas publicações do jornal. Seus escritos críticos as questões coloniais começaram a sofrer censuras, algo até então inédito na história do periódico. O presente trabalho visa analisar a censura nas páginas de *O Africano* e as críticas de seus colaboradores a essa prática.

**PALAVRAS-CHAVES:** Censura, Primeira Guerra Mundial, *O Africano*, Imprensa em África

## **Laughing Our Fashion: Censorship and Dilemmas in the Pages of The African During the First World War (1914-1918)**

**ABSTRACT:** Typography in Mozambique emerged from the 1850s, first on the Island of Mozambique and later in the regions of Inhambane, Lourenço Marques and Quelimane. These early publications served the interests of Portuguese colonization. At the end of the 19th century and the first decade of the 20th, a press managed by a local black elite began to develop. This group sought to denounce the abuses, corruptions and neglect of the Portuguese colonial administration in Mozambican territory. One of these journals was “*O Africano*”, which appeared in 1908 as the property of the African Guild of Lourenço Marques and lasted until 1919. With the beginning of the First World War and Portugal's entry into the armed conflict, there was a significant impact on the newspaper's publications. His critical writings on colonial issues began to suffer censorship, something hitherto unprecedented in the history of the journal. The present work aims to analyze the censorship in the pages of *The African* and the criticisms of its collaborators to this practice.

**KEYWORDS:** Censorship, World War First, *O Africano*, Press in Africa

## **Riendo nuestra moda: censura y dilemas en las páginas de los africanos durante la Primera Guerra Mundial (1914-1918)**

**RESUMEN:** La impresión en Mozambique comenzó en la década de 1850, primero en Ilha de Moçambique y luego en las regiones de Inhambane, Lourenço Marques y Quelimane. Estas primeras publicaciones sirvieron a los intereses de la colonización portuguesa. A finales del siglo XIX y la primera década del XX comenzó a desarrollarse una prensa dirigida por una élite negra local. Este grupo buscó denunciar los abusos, corrupciones y negligencias de la administración colonial portuguesa en territorio mozambiqueño. Uno de estos periódicos fue “*O Africano*”, que apareció en 1908 como propiedad de la Cofradía Africana de Lourenço Marques y duró hasta 1919. Con el inicio de la Primera Guerra Mundial y la entrada de Portugal en el conflicto armado, se produjo un impacto significativo en las publicaciones del periódico. Sus escritos críticos con los temas coloniales comenzaron a sufrir censura, algo hasta ahora inaudito en la historia de la revista. El presente trabajo tiene como objetivo analizar la censura en las páginas de *O Africano* y las críticas de sus colaboradores a esta práctica.

**PALABRAS-CLAVES:** Censura, Primera Guerra Mundial, *O africano*, Prensa en África

\*Mestre em História e Letras pela Universidade Estadual Paulista/Assis. Atualmente é doutorando em História pela mesma Universidade. Contato: Av. Dom Antônio, 2100, Parque Universitário, CEP: 19806-900, Assis-SP, E-mail: thiago.sampaio92@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9423-8949>

O surgimento da imprensa nas colônias do Império Português ocorreu de forma tardia com um atraso de três séculos comparado ao Império Espanhol. A primeira colônia portuguesa a instalar uma tipografia foi o Brasil com a vinda da família real em 1808. Nas demais colônias, especialmente em África, a tipografia foi introduzida mais tarde: Cabo Verde (1842), Angola (1845), Moçambique (1854), São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné-Bissau (1879)<sup>1</sup>.

Os *Boletins Oficiais* foram os primeiros órgãos de imprensa de cada colônia e davam apoio à legislação colonial, noticiavam fatos administrativos e religiosos, incluía também textos literários, principalmente poemas e, eventualmente, crônicas ou contos<sup>2</sup>. De acordo com Antonio Hohlfeldt<sup>3</sup>, a implantação e desenvolvimento das imprensas coloniais se deram em três períodos distintos sendo: a) imprensa oficial que data de criação dos respectivos boletins oficiais até a criação de jornais que possuísse distanciamento da autoridade política colonial; b) imprensa livre, onde se desenvolveram jornais com maior autonomia até o aparecimento da profissionalização da atividade jornalística e c) a imprensa profissional, a partir do momento que o periódico se torna um meio de sobrevivência para seus gestores e possuindo uma gráfica própria para sua edição.

No caso de Moçambique, o aparecimento da imprensa oficial aconteceu em 13 de maio de 1854 com a publicação do primeiro número do Boletim do Governo da Província de Moçambique. Segundo Valdemir Zamparoni<sup>4</sup>, com a publicação de textos a serviço e interesse do colonialismo lusitano contribuíram para o desenvolvimento de uma imprensa autônoma nas camadas sociais dos africanos que ao longo da segunda metade de Oitocentos passariam a utilizá-la na veiculação das ideias de luta política e denúncia dos abusos e desmazelos das administrações coloniais. É o caso de *O progresso* que teve seu único número publicado em 1868, sendo um jornal não-oficial, e que foi logo censurado pelos portugueses<sup>5</sup>.

No livro *A imprensa de Moçambique*, Ilídio Rocha<sup>6</sup> interpretou o que motivou a multiplicação dos jornais nas últimas décadas do século XIX e primeiro do XX na colônia e os elementos que propiciaram seu surgimento, entre eles estão: a miscigenação da população negra com os colonizadores portugueses nos quais derivaram uma nova camada população denominada assimilados<sup>7</sup> ou como se denominavam “filhos da terra”; a fundação de escolas para alfabetização, em um primeiro momento pela Maçonaria em 1891, onde não existia discriminação racial e meninos e meninas poderiam ser alfabetizados; o surgimento de um funcionalismo burocrático constituído essencialmente de mestiços após a implantação da

República Velha e a ampliação da economia colonial que exigia cada vez mais mão de obra que não conseguia se preencher apenas por europeus.

O primeiro jornal denominado *O Africano* surgiu em Quelimane no ano de 1877, sendo uma publicação semanal que durou por volta de cinco anos. Esse jornal defendia os interesses locais contra a escravatura e a promoção do ensino público. Em sua curta existência, o primeiro<sup>8</sup> *O Africano* criticava os elevados impostos que o governador geral da colônia impunha às atividades comerciais e a corrupção do funcionalismo público e dos militares lusitanos interessados apenas em se enriquecer no território moçambicano.

Nas décadas finais do século XIX, com o crescimento do operariado, do comércio e do funcionalismo onde se integravam colonos que eram mandados para Moçambique que lutavam em partidos republicanos, socialistas ou anarcossindicalistas europeus. Criou-se na colônia um quadro de complexas lutas e reivindicações políticas que antes estavam presentes apenas em território metropolitano foi transplantado para a colônia. Além disso, ocorreu a ascensão dos ideais republicanos que ganharam terreno nas localidades coloniais. Assim os africanos urbanizados com determinados estatutos sociais e privilégios foram influenciados e passaram a reivindicar direitos aos colonizadores<sup>9</sup>.

Esses ideais contribuíram para o surgimento das primeiras associações entre africanos. Em 1908 foi fundado o Grêmio Africano de Lourenço Marques, constituído por negros e mulatos com uma posição social privilegiada que se opunham aos abusos e práticas coloniais. No mesmo ano é inaugurado *O Africano*, jornal que era propriedade do Grêmio. Era um periódico independente em relação aos partidos políticos existentes e assume uma posição de luta e de unidade entre diversos setores que devido à ineficácia da “ação civilizatória”, eram alvo da exploração capitalista e colonial e aos abusos e corrupções das administrações portuguesas e combatiam o poder colonial instituído<sup>10</sup>. *O Africano* era gestado por João Albasini e José Albasini, irmãos, que são considerados os precursores do nacionalismo moçambicano.

*O Africano* foi publicado até o ano de 1909, com treze números, devido a dificuldades financeiras foi encerrado. Seu retorno aconteceu em 1911, a ameaça cultural da língua inglesa na região marcou a adesão de colonos ao projeto editorial do jornal. O ressurgimento d'*O Africano* foi pautado com uma nova linha editorial que era em “prol dos naturais da colônia”. Ao contrário do Grêmio Africano que só integrava mulatos e negros com uma posição social privilegiada, *O Africano* começou a integrar brancos radicados em Moçambique e que se

associavam aos interesses dos africanos opondo-se aos abusos cometidos pelas práticas coloniais<sup>11</sup>.

A direção do jornal era dividida por João Albasini como diretor, José Albasini como editor e administrador-secretário José dos Santos Rufino. A emergente burguesia colonial portuguesa (funcionários, colonos radicados em Moçambique, operários e outros lusitanos) e a pequena burguesia local de africanos privilegiados desenvolveram uma complexa luta e consciência de denúncia social através de *O Africano*.

*O Africano* teve alta circulação em Moçambique e chegou a ser vendido para mineiros moçambicanos que trabalhavam na União Sul Africana. Era um jornal bilíngue, português e ronga. Entre seus textos publicados estavam às críticas da maioria da população africana e não apenas dos assimilados que eram submetidos à má administração portuguesa, ao trabalho forçado (chibalo), a alta cobrança de impostos e a violência da ocupação territorial.

Seu diretor, João Albasini, foi uma das principais figuras que publicava no jornal assinando seu nome ou usando pseudônimos que representavam diferentes setores políticos e sociais que existia em Moçambique, seus principais pseudônimos foram João das Regras e Chico das Pegas. Os textos assinados por João das Regras têm um teor mais sério, com um estilo retórico desenvolvido, impregnado de legalismo e moralidade. João das Regras é um velho saudosista dos ideais progressistas fermentados quando da ocupação de Moçambique, criticava o não cumprimento de princípios legais, os abusos e a má gestão das autoridades portuguesas. No texto *Amor em vinho* publicado em *O Africano* em 11 de junho de 1913, podemos ter noção do seu estilo literário:

Era na Malanga, ao cair duma tarde de sol e moscas no mês de abril. Às portas, monhes espreitando o almejado “magaica” agora ausente coçavam-se desolados. Na esquadra policial um cipaio dormitava à varanda, com o cacete nas unhas, enquanto lá dentro o chefe atento punha em ordem a papelada, aproveitando aquela paz tão longamente desejada. Tarde sem rumor, em que tudo mergulhava na tranquilidade em que devia viver todo sempre, tarde idílica única, sem precedentes na Malanga tumultuosa dos tempos do “compound”! Paz, sossego... que bom!<sup>12</sup>

Já Chico das Pegas é um comerciante de gado que abasteceria a cidade de Lourenço Marques, sempre bem-humorado, descontraído e perspicaz, seria um observador dos costumes da época que as descrevia com um senso de humor e ironia, satirizando as mazelas do colonialismo nos aspectos culturais do cotidiano. No texto *Coisas de “narros”* publicado em 14 de junho de 1914 no *O Africano* podemos perceber sua linguagem mais coloquial:

A sebência das cantinas, onde se vendem coisas mais imundas ainda, já foi visitada pelo facultativo municipal? Não!  
 Só as pretas, porque estão empenhados em não deixar a preta ganhar um vintém licitamente, porque a preta deve só viver na cantina do “mulungo”, dando carne e bebendo vinho.  
 E aqui está como se emporcalha a reputação de uma Câmara que, na melhor das intenções, julgando tratar da higiene, vai fomentar a imoralidade.  
 O maior flagelo que podia ter caído.  
 É que realmente nem de propósito! Arre!<sup>13</sup>

Além de João Albasini e seus pseudônimos, *O Africano* possuía outros colaboradores em seus textos como Nyeleti e o padre José Vicente do Sacramento. Em 1918, o Padre José Vicente do Sacramento, se tornou defensor e representante político da burguesia colonial e comprou o jornal, reivindicava a autonomia de Moçambique em relação a Portugal. Com a sua compra, o jornal ficou descaracterizado da sua antiga linha editorial e pouco tempo depois acabou. No mesmo ano, o Grêmio Africano e os irmãos Albasini fundaram um novo jornal *O Brado Africano* que possuía traços mais radicais comparados ao *O Africano*, expressava uma posição mais enérgica da luta contra o colonialismo e recuperou seu antigo público leitor. O lema desse novo jornal era *em prol dos interesses dos naturais das Colônias Portuguesas*.

### Dilemas presentes nas páginas de *O Africano*

A historiografia<sup>14</sup> em torno da Primeira República Portuguesa demonstrou as dificuldades que o regime teve e a falta de eficiência em suas práticas. *O Africano* foi um dos críticos da falta de agilidade administrativa durante a República e condenava os discursos republicanos em defesa do Regime

Admiram-se de uma forma extraordinária, como é que depois de serem embalados com sonhos de uma Nova Era, com um regime de ordem e trabalho e muitas outras coisas que tem lido e ouvido a europeus, se encontrem reduzidos à mesma miséria e humilhação como antes de tão apregoada Igualdade e Fraternidade<sup>15</sup>.

No segundo aniversário da República os escritos sobre o fato foram relatados em pequena nota, a economia de destaque foi justificada pela falta de espaço<sup>16</sup>. De acordo com Valdemir Zamparoni<sup>17</sup>, essa atitude era um claro indicativo que o tema da República já não encantava nem editores e o público leitor. A República nada significava para a imensa maioria da população “indígena” das colônias, nem era um atrativo para o grupo que cuidava do jornal.

*O Africano* possuía entre seus colaboradores um setor católico africano que defendia que as missões portuguesas deveriam dominar a educação local dos indígenas, enquanto as

protestantes deveriam ser recusadas e expulsas. Essa defesa das missões católicas portuguesas era para a melhor divulgação da língua portuguesa, sendo um meio fundamental para a promoção profissional e social em Moçambique<sup>18</sup>. Valdemir Zamparoni<sup>19</sup> assinalou que o grupo constituinte de *O Africano* vivia um paradoxo: lutava pela ampliação do ensino de português, mas nas páginas do jornal apareciam línguas locais.

Assim como Nicolau Sevcenko observou em *Literatura como Missão*<sup>20</sup> a relevância dos escritos literários como uma missão histórica de seus autores diante das tensões sociais e culturais instaurados na Primeira República Brasileira, devemos entender o papel do jornal *O Africano* e seus escritores como importantes atores históricos na defesa da causa africana em Moçambique diante do quadro de desmazelo e opressão acarretado pela violência e má gestão das administrações coloniais portuguesas através das denúncias de seus textos publicados. De acordo com Tânia Macedo e Vera Maquêa<sup>21</sup>, as manifestações literárias dos países africanos são vinculadas à imprensa, na medida em que os periódicos foram os lugares onde os textos produzidos por africanos ou europeus identificados com as localidades foram publicados. A mesma posição é defendida por Francisco Noa<sup>22</sup> que assinalava que qualquer tentativa de rastrear o percurso literário de moçambicano sem passar pela imprensa comete um profundo erro histórico.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o jornal tomou a iniciativa de noticiar o conflito bélico e suas principais batalhas nas suas páginas. Entretanto, a partir de março de 1916, *O Africano* passou a enfrentar um dilema inédito em sua trajetória de existência: a censura. A partir da entrada de Portugal na Grande Guerra, perceberemos em suas páginas uma presença constante de colunas que foram retiradas a mando do sistema de censura que imperava. A seguir, contextualizaremos a atuação portuguesa e moçambicana no conflito mundial para entendermos o que poderia ter levado a censura nas páginas do periódico.

### **Portugal e Moçambique frente a Primeira Guerra Mundial**

Em 13 de agosto de 1913, foi assinado um acordo entre a Alemanha e a Inglaterra baseado nas possíveis complicações financeiras sofridas por Portugal e sua falta de aptidão administrativa nos seus territórios em África. O acordo estabelecia a divisão dos territórios coloniais lusitanos como aumentando as bases de possíveis intervenções nas áreas portuguesas em África. Nuno Severiano Teixeira assinalou que a Inglaterra ocuparia as regiões de Moçambique exceto o Niassa deixado para Alemanha e, no caso de Angola, os alemães ocupariam totalmente o território angolano, exceto Cabinda destinada aos ingleses<sup>23</sup>.

Além disso, as ilhas de São Tomé e Príncipe seriam destinadas à Alemanha e ela desistiria de suas pretensões no Timor.

Houve diversos posicionamentos contrários ao tratado, tanto da opinião pública na Inglaterra e na Alemanha, quanto à oposição da França diante da possibilidade de dissolução do Império Colonial Português. Em Londres e Berlim, ocorreu uma oposição diplomática para não permitir a publicação do acordo, na Inglaterra apelava-se ao acordo da Entente e em Berlim o artigo 16º da Convenção Franco-Alemã em novembro de 1911, na qual havia um direito de preensão sobre as alterações na região da bacia do Congo<sup>24</sup>.

Para a Alemanha não seria interessante à publicação do tratado. Segundo Nuno Severiano Teixeira, não interessava em primeiro lugar porque sendo uma solução de compromisso, ela não satisfazia completamente as pretensões das lideranças coloniais na Alemanha, por isso manter-se oculto essas negociações<sup>25</sup>. Em segundo lugar, caso o tratado fosse publicado, a Inglaterra divulgaria o Tratado de Windsor que demonstraria a aliança existente com Portugal, o que poderia enfraquecer o acordo anglo-alemão ou reduziria seu sentido político no cenário internacional.

Portugal buscou apoio de políticos alemães e ingleses para a não publicação do Acordo Anglo-Alemão. Com o início da Primeira Guerra Mundial não ocorreu à assinatura do Tratado para a divisão do Império Colonial Português. A República em Portugal foi instaurada em 1910 e sua implantação e desenvolvimento caminhavam a passos problemáticos, por disputas de grupos políticos que exigiam soluções imediatas<sup>26</sup>. Ao começar o conflito, os portugueses entraram para salvar seu Império Colonial das cobiças das demais potências europeias.

As colônias portuguesas eram objetos de disputa entre a França, Inglaterra e Alemanha ao longo dos Oitocentos. Essas disputas foram acirradas com a Primeira Guerra Mundial. No caso da Alemanha, ela foi a primeira a atacar diretamente e militarmente os portugueses, apoiando a sublevação das populações africanas nestes territórios ao sul de Angola e Norte de Moçambique. Já a Inglaterra, buscou a utilização e apoio dos portugueses devido a seus portos e territórios estratégicos, principalmente em Moçambique, visando apoiar logisticamente, o desembarque e passagem de tropas para a condução da guerra na África Central e Austral<sup>27</sup>. No caso de Moçambique, o território era centro de cobiças devido suas posições geográficas, a importância dos seus portos e caminhos de ferros para os territórios vizinhos do interior, além de suas riquezas naturais<sup>28</sup>.

Para Nuno Severiano, desde a implantação da República debatia-se um problema político de difícil resolução: a legitimidade e consolidação do regime no país. Assim, a entrada de Portugal no conflito foi desencadeada por três fatores: legitimação da República, a reafirmação da aliança com a Inglaterra e a proteção do Império Colonial. A demora para realizar a declaração de guerra à Alemanha deveu-se a seus problemas políticos estruturais internos. Até a entrada de Portugal no conflito, ocorreram diversos debates em seu parlamento para a entrada ou não no combate mundial<sup>29</sup>.

A posição portuguesa no conflito mundial foi colocada em discussão no Parlamento durante os anos de 1914 a 1916. Em diversos momentos nos debates sobre a participação ou não na guerra eram ressaltados os deveres de aliados que os lusitanos possuíam com os ingleses. Vários congressistas mantiveram a postura de que Portugal deveria se manter neutro e sem o estado de beligerância. Brito Camacho assinalava que

Os que reclamam uma participação direta na guerra, esquecem-se de que só por motivo da guerra mandamos para a África, em números redondos, 3.500 homens, combatendo ali pelos nossos interesses e pelos interesses da Inglaterra, mas combatendo por virtude dum conflito que nem direta nem indiretamente provocamos. Pode bem ser que amanhã, para melhor defendermos Angola e Moçambique ou para auxiliarmos os ingleses na defesa dos territórios da União, da Rodésia ou qualquer outro território inglês; para auxiliarmos na invasão das colônias alemãs, visto que é necessário, absolutamente indispensável que delas sejam desapossadas, se para qualquer destas tarefas for preciso que mandemos homens, eles seguirão imediatamente, mal de nós se não pudessem seguir, por os não tivéssemos preparado, ou porque os tivéssemos expedido para outro teatro da guerra. É preciso não iludir o país quanto às nossas possibilidades militares, porque essa ilusão poderia ser funesta e viria a pagar-se cara<sup>30</sup>.

Para os parlamentares democráticos, unidos em torno da figura de Afonso Costa, representavam os setores da burguesia comercial e financeira, a participação na Guerra Mundial traria ao país o prestígio e reconhecimento internacional do regime que era necessário ao alargamento de relações políticas e econômicas, aberturas de mercados e possibilidade de governanças coloniais descentralizadas e autônomas. No sentido oposto, estava Brito Camacho, chefe da União Republicana, apresentavam-se como representantes dos setores industriais e fundiários, defendiam que para Portugal sair da sua crise econômica era necessária a construção de um mercado colonial protegido e fechado. Assim, a participação dos portugueses na guerra era criticada. Os evolucionistas portugueses, liderados por António José de Almeida, tinham um papel moderador nessas disputas, mas aliaram-se aos democráticos após a declaração da Guerra formando com eles o chamado governo da União Sagrada<sup>31</sup>.

Aniceto Afonso assinalava que a proposta de formação de um governo de união nacional, onde todos os partidos teriam assento, fazia com que todas as forças políticas esquecessem suas antigas controvérsias e as inimizades acumuladas durante os anos anteriores<sup>32</sup>. Entretanto, isso não foi possível, o Governo da União Sagrada contou apenas com os democráticos, liderados por Afonso Costa, e os evolucionistas, chefiados António José de Almeida. Já a União Republicana e Brito Camacho ponderavam que uma união nacional deveria contar com os monarquistas e os socialistas, pois apenas dessa forma aconteceria a verdadeira expressão de um acordo nacional. Brito Camacho assinalava que

Só nos declaramos beligerantes em Março de 1916, até essa data a política da guerra, no ponto de vista da nossa intervenção devia ser campo aberto à controvérsia, cada qual expondo as suas opiniões, fossem elas quais fossem, só escrupulizando, por dever moral, em fazê-lo com honradez, inspirado tão somente por altos sentimentos patrióticos. (...) Foi um período de vida infernal o que decorreu entre 1914 e 1916, apontados a fúria assassina duma horda selvagem, açulada contra mim e os meus amigos por uma facção política que se reconhecera divorciada do país, e queria fazer da guerra uma tábua salvadora. (...) Ponderei que uma União Nacional em que não entrassem os monárquicos e os socialistas, seria tudo quanto quisessem, menos a expressão dum acordo, para a realização dum fim supremo, das várias correntes de opinião política, constituindo forças organizadas<sup>33</sup>.

A União Sagrada emitiu um documento, em janeiro de 1917, no qual assinalava as razões da intervenção militar de Portugal no conflito mundial. A declaração tinha como objetivos afastar os espanhóis de uma possível invasão no território lusitano, conquistar uma posição no cenário internacional do lado dos Aliados e a manutenção do seu império colonial<sup>34</sup>. Além disso, a influência da Inglaterra para a entrada de Portugal no combate foi decisiva, segundo Brito Camacho

A Inglaterra, com fundamento nos tratados em que se definem as relações entre os dois povos, solicita a nossa intervenção direta na guerra. Convém dizer, para que todos os saibam, que a Inglaterra mostrou sempre o maior desejo de nos conservar alheios ao conflito, poupando-nos a todos os sacrifícios que, para nós, resultassem inúteis, e para ela não fossem necessários<sup>35</sup>.

Antes da declaração oficial de guerra com a Alemanha, os alemães já preparavam com antecedência uma invasão de Angola e Moçambique com forças das suas colônias na África Oriental e Ocidental desde 1914. Segundo Norton de Mattos, quando a guerra começou as autoridades alemãs estavam a preparar a ocupação do Império Colonial Português<sup>36</sup>. No mês de agosto de 1914, ocorreram ataques alemães a Moçambique e Angola, na última foi incentivada uma sublevação da sua população indígena contra as forças lusitana<sup>37</sup>.

No dia 24 de agosto de 1914, forças alemãs atacaram o porto de Mazúia no norte de Moçambique, situado na margem sul do Rovuma. Para Norton de Mattos, Moçambique se fosse ocupado pelas forças alemãs representavam um obstáculo ao livre desenvolvimento da ação anglo-saxônica na África do Sul e Central, assim a Inglaterra defenderia os portugueses a uma eventual ocupação alemã em seus territórios<sup>38</sup>.

Portugal encaminhou três expedições para Moçambique ao longo da Primeira Guerra Mundial e, segundo Norton de Mattos<sup>39</sup>, ocorreram cinco fases de lutas<sup>39</sup> em território moçambicano, cada uma delas com um comandante diferente. A primeira era proteger do ataque dos alemães no porto de Mazúia no dia 25 de agosto de 1914 e planejar a ocupação do Quionga pelas tropas lusitanas, fato que aconteceu em abril de 1916. Essa primeira tropa foi comandada por Massano de Amorim e durou de 16 de outubro de 1914 a novembro de 1915<sup>40</sup>. Os gastos com a primeira expedição e o envio de verbas extras para as colônias foram ressaltados por Rodrigues Gaspar, ministro das Colônias, nas sessões do parlamento em finais de 1914, percebemos em suas falas as diferenças de créditos encaminhados para Angola e Moçambique:

Como a Câmara sabe, partiram, há pouco, para Angola e Moçambique duas expedições militares. Das verbas autorizadas para a manutenção dessas forças nas duas províncias pouco resta e desse modo torna-se urgente a abertura de dois créditos extraordinários: um de 800.000\$ para a província de Moçambique e outro de 500.000\$ para a província de Angola. (...) Para pagamento de despesas com o contingente de tropas expedicionárias à colônia de Angola, foram abertos quatro créditos extraordinários, no total de 1.600.000\$ por conta dos quais já foi despendida a quantia de 1.214.019\$38, havendo, portanto, um saldo de 385.980\$62. (...) Para pagamento de despesas com o contingente de tropas expedicionárias à colônia de Moçambique, foram abertos três créditos extraordinários no total de 1.100.000\$ por conta das quais já foi despendida a quantia de 918.844\$57, havendo, portanto, um saldo de 18.555\$43<sup>41</sup>.

Aniceto Afonso afirmava que a missão da primeira expedição não tinha objetivos concretos, por isso se limitou a melhorar as condições militares da margem direita do Rovuma, com a construção de vias de comunicação, postos de vigilância e ligações telegráficas. O efetivo das tropas contava com cerca de 1500 homens<sup>42</sup>.

As forças expedicionárias não entraram em conflito nem ocuparam nenhum território em posse da Alemanha. A República, após conhecimento e a preocupação em relação ao fato de Moçambique ser ocupado pela Alemanha, organizou uma nova expedição por decreto em 11 de setembro de 1915. A segunda força expedicionária desembarcou no porto Amélia em 7 de novembro do mesmo ano. A 2ª fase caracterizou-se por uma fraca ofensiva dos alemães ao longo do Rovuma e por parte das forças lusitanas. Depois de incentivo da administração do

Governador Geral de Moçambique, a expedição resolveu ocupar a região do Quionga. A ocupação do Quionga aconteceu em 27 de maio de 1916, dois meses após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal<sup>43</sup>. Entretanto, a ocupação inicial do território sofreu grandes baixas do lado lusitano. Segundo Norton de Mattos, as despesas durante a primeira expedição nos territórios africanos foram altas, no período de um ano

As despesas motivadas e pagas desde 1 de setembro de 1914 a 30 de junho de 1915 por conta da expedição a Moçambique foram de 1.431.156\$56 e a Angola de 8.171.837\$83. Acrescem ainda as importâncias liquidadas e não pagas até 3 de junho do ano corrente e que são de 183.033\$ e 8.356\$ relativas a Angola e Moçambique, respectivamente<sup>44</sup>.

Até 9 de março de 1916, Portugal não declarava sua neutralidade mas mostrava sua dependência no conflito em relação a Inglaterra<sup>45</sup>. Nessa data, devido a cobranças feitas pelos ingleses diante dessa postura neutral, Portugal apreendeu navios alemães em seus portos. Portugal comunicou os alemães através de um ofício sobre a captura das embarcações. Diante disso, a Alemanha declarou, oficialmente, guerra a Portugal algumas semanas depois. A declaração de apreensão dos navios dizia o seguinte:

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1916 – Ministro de Portugal – Berlim – Governo tomou decisão requisitar navios alemães surtos portos portugueses em face necessidades país. Comunique facto a esse Governo, com declaração de que foi publicado diploma legal regularizando situação tripulações, indenizações, etc., e que ato posse se está efetuando – Ministro<sup>46</sup>.

A declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal, foi enviada para Lisboa em 9 de março de 1916. Pesadas críticas à tentativa de neutralidade de Portugal e suas posições ambíguas foram feitas no documento

Lisboa, 9 de março de 1916 – Senhor Ministro – Estou encarregado pelo meu alto governo de fazer a v. ex. a declaração seguinte: O governo português apoio desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibida de abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanência em portos portugueses contrária a neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra diferente espécie foram vendidos às potências da Entente e além disso a Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado Imperial em Mossamedes foi apreendido. Além disso, foram enviadas expedições à África e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador alemão de distrito Dr. Schulze-Jena, bem como dois oficiais de algumas praças, em 19 de outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos por meio de convite a Naulila e ali declarados

presos sem motivo justificado, e como procurassem subtrair-se à prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram a força feitos prisioneiros.

Seguiram-se medidas de retorsão da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, procedeu na suposição, originada pelo ato português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O governo português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem todavia se referir as primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentamos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e o Parlamento durante toda a existência da guerra entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência mais ou menos notória do Governo Português. (...)

Por este procedimento o Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.

O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português<sup>47</sup>.

A participação de Portugal no conflito mundial era considerada pelos republicanos como a entrada no “concerto das nações europeias, que combatem pela augusta civilização latina. A nossa espada vai também pesar na balança dos destinos do mundo”<sup>48</sup>. Após a declaração de guerra com a Alemanha, o governador geral Álvaro de Castro estabeleceu para as tropas expedicionárias em Moçambique um plano de ação que consistia na ocupação de Quionga, cooperação com as tropas inglesas para fazer frente aos alemães e conquistar de uma parcela territorial no sul da África Oriental Alemã.

A ocupação de Quionga foi levada a cabo a partir dos primeiros dias de abril de 1916, após os alemães terem abandonado a zona e passado à margem esquerda do Rovuma. Após a Primeira Guerra Mundial, a soberania portuguesa na localidade foi reconhecida pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associada.

Uma terceira expedição, e início da terceira fase, foram enviados em julho de 1916 para a região de Palma. O seu efetivo contou com 159 oficiais, 4.483 praças e 945 solípedes, as tropas foram lideradas pelo general Ferreira Gil. Até início de agosto, aconteceu a chegada de mais contingentes que elevaram consideravelmente o efetivo desse comando. Essa fase durou de agosto de 1916 a dezembro do mesmo ano. As principais operações militares em Moçambique começaram a ser realizadas a partir da segunda metade de 1916. Ao ser realizada a ocupação de Quionga, pelo general Ferreira Gil, os soldados receberam ordens para atravessar o Rovuma e, continuarem o combate com o fim de conquistar mais territórios alemães. Em um primeiro momento, as tentativas foram favoráveis aos portugueses, mas em 5

de dezembro de 1916, o Parlamento lusitano tomou conhecimento das derrotas e a retirada para a margem direita do Rovuma. O general Ferreira Gil solicitou auxílio do general Smuts, da África do Sul, com o intuito de assegurar a soberania portuguesa nas zonas fronteiriças<sup>49</sup>.

De acordo com Maria Cândida Proença, as vitórias das forças lusitanas em África eram motivos para unânimes júbilos no Parlamento, os desastres que aconteceram em Moçambique foram pretexto para violentos ataques dos partidos de oposição<sup>50</sup>. O Governo foi considerado o principal culpado pela situação, por ter solicitado levianamente o avanço das tropas mal equipadas, sem meio de transporte, sem apoio de médicos e enfermeiros, sem alimentação e sem envio de reforços pedidos pelo general Ferreira Gil. A administração portuguesa reagiu, acusou a oposição de falta de patriotismo e de não compreender as vantagens que Portugal poderia conquistar com a participação na Primeira Guerra Mundial. Foi prometido que, após o conflito mundial, se abriria um inquérito sobre o que se passou em África.

No início de 1917, uma nova expedição foi organizada para evitar o avanço alemão e assegurar a inviolabilidade das fronteiras coloniais. A quarta etapa durou quase todo o ano de 1917 e caracterizou-se por um retorno enérgico da ofensiva alemã. Nessa fase deu-se os primeiros passos para a invasão do território moçambicano pelos alemães e constituiu a última fase da campanha. Durante a primeira parte do ano de 1917, Álvaro de Castro assumiu o comando militar das operações, vindo a ser substituído posteriormente pelo coronel Sousa Rosa em setembro de 1917. A partir de novembro, as tropas da Alemanha deram início a uma grande ofensiva que visava não apenas aos postos fronteiriços, mas a ocupação de Moçambique para pôr fim à ofensiva inglesa. Os alemães preservaram uma parcela significativa das forças ocupantes e procederem com o reequipamento de armas e munições através de material capturado<sup>51</sup>. Norton de Mattos afirmava que essa última fase era a mais dolorosa e humilhante para Portugal. Em seu escrito biográfico, o ex-ministro das colônias não quis fazer qualquer comentário sobre este último nível de combate<sup>52</sup>.

Devido ao avanço alemão e o fracasso do general Ferreira Gil, diversas discussões no parlamento arrastaram-se ao longo da primeira metade de 1917. No caso de Moçambique ficou comprovado à desorganização das tropas portuguesas, as dificuldades materiais (veículos, alimentação, armas e medicamentos), a falta de preparação militar dos soldados e suas más condições físicas, o que não os permitia resistirem ao clima e às doenças tropicais, confirmou-se diversos erros cometidos por parte do general Ferreira Gil. Após essas

averiguações, a oposição solicitava um rigoroso inquérito, no qual o governo não queria aceitar seus pontos.

Em 6 de janeiro de 1918, o representante inglês em Lisboa entregou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota que demonstrava a preocupação da Inglaterra para o que estava acontecendo em Moçambique, segundo o comunicado

As informações recebidas da África Oriental Portuguesa pelo governo de Sua Majestade mostram que a situação é grave e que indica a possibilidade de um grande desastre, com perdas pesadas em homens e material. Ao que parece, as forças alemãs que entrarem em território português tem subsistido com provisões, armas e munições portuguesas onde se devia ter recuado ou que deviam ter sido defendidos energicamente (...) Na opinião do governo de Sua Majestade, é essencial, considerando a situação acima descrita e para que as hostilidades na África Oriental não se prolonguem indefinidamente, que todas as forças portuguesas estacionadas na Niassalândia sejam postas às ordens do general Van der Venter para efeitos de todas as operações militares<sup>53</sup>.

A posição secundária de Portugal no conflito mundial passava a se tornar oficial após essas medidas. As tropas portuguesas foram marginalizadas pelo comandante aliado e não puderam participar da perseguição aos alemães no território de Moçambique<sup>54</sup>. Conforme os soldados da Alemanha avançavam, eles desencadearam pequenas revoltas e rebeliões locais, prometiam o fim do imposto de palhota e do trabalho forçado, além de recrutarem a população nativa para servirem como carregadores. Nesse contexto, os grupos étnicos revoltosos (ajauas e macondes) foram punidos e considerados colaboradores.

A ofensiva alemã no interior do território moçambicano estendeu-se até finais de setembro de 1918, quando chegaram a região dos portos de Quelimane. Segundo Aniceto Afonso, Von Lettow, comandante das tropas alemãs, conduziu a guerra conforme as circunstâncias melhor o aconselhavam, com o fim de fixar efetivos inimigos para os portugueses na região, impedindo-os dos lusitanos de participarem de outras frentes de combate<sup>55</sup>. Nos momentos finais da guerra, o comandante abandonou Moçambique e retornou na África Oriental Alemã em 28 de setembro de 1918. Para os Aliados, segundo Pedro Aires Oliveira, Moçambique foi um pesadelo, pois só chegou ao fim os combates no território em 25 de novembro de 1918, duas semanas após o armistício na Europa<sup>56</sup>.

### **A censura nas páginas do periódico**

Com a Primeira Guerra Mundial percebemos uma dinâmica nova que imperava no periódico *O Africano*. A primeira delas foi no ano de 1914 que o número de páginas do jornal

soufreu uma queda considerável passando de 8 para 4 ao longo dos anos da Primeira Guerra, situação que se manterá mesmo após o conflito. Como sabemos, a falta de papel durante períodos de guerra e o controle desse pelo Estado é algo corriqueiro ao longo da história da imprensa.

Em março de 1916, com a entrada de Portugal no conflito mundial devido a declaração de Guerra por parte da Alemanha é instaurada a censura em 12 de março de 1916. A censura ficou a cargo do Ministério da Guerra que foi dado ordem de apreensão de qualquer impresso que pudesse prejudicar a imagem nacional ou propaganda contrária ao conflito bélico. No caso do periódico *O Africano*, percebemos algumas práticas de censura que alteraram substancialmente o periódico por alguns meses. As primeiras delas que podemos elencar nos meses de março e abril são a seção em língua landim não ser publicada, partes de um dos seus textos de língua portuguesa ser retirado e um pedaço do texto do João das Regras sofreu forte censura<sup>57</sup>. Abaixo veremos como isso foi feito no *O Africano*:

Imagem 1. Censura da seção em língua landim no periódico *O Africano*



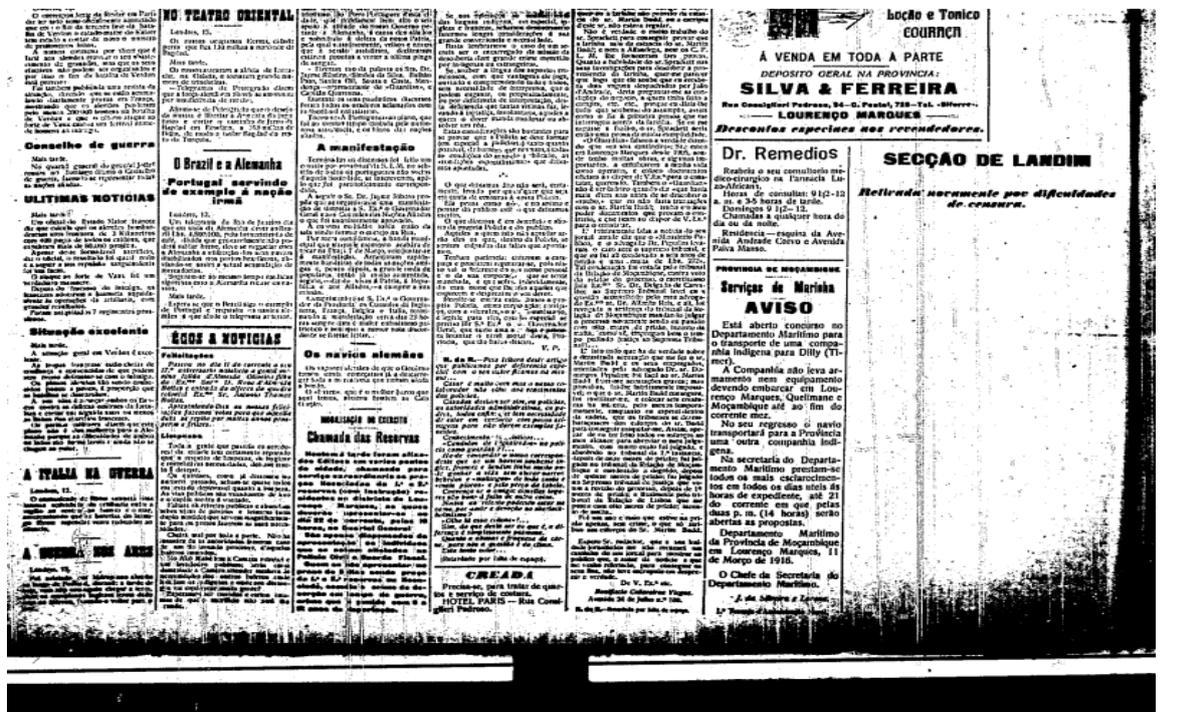
Fonte: *O Africano*. Lourenço Marques, 11 de março de 1916 (407).

Imagem 2. Censura na primeira página de O Africano



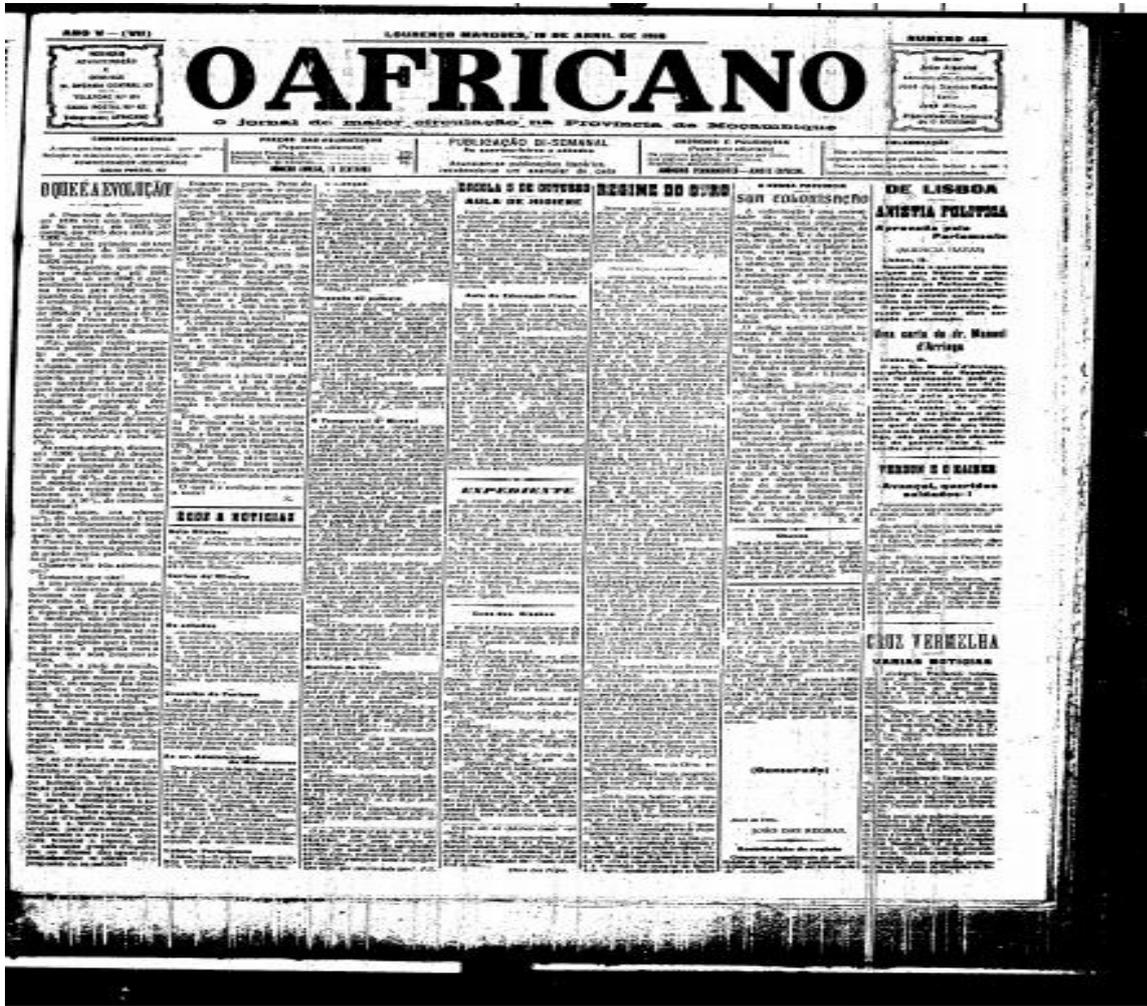
Fonte: O Africano. Lourenço Marques, 15 de março de 1916 (408).

Imagem 3. Seção em landim novamente censurada no número seguinte



Fonte: O Africano. Lourenço Marques, 15 de março de 1916 (408).

Imagem 4. Texto do João das Regras censurado no mês de abril de 1916



Fonte: *O Africano*. Lourenço Marques, 19 de abril de 1916 (418).

Vale ressaltarmos que o impacto nos dois primeiros meses de censura que o jornal começava a sofrer causou uma remodelação na sua diagramação nos primeiros números após a instauração da censura. Podemos elencar as propagandas de anúncios comerciais que começaram a aparecer nas primeiras páginas do periódico, fato inédito em sua publicação, visto que até então os anunciantes eram restritos a última página do impresso, como mostra a imagem seguinte:

Imagem 5. Primeira página do periódico *O Africano* no mês de abril de 1916



Fonte: *O Africano*. Lourenço Marques, 15 de abril de 1916 (417).

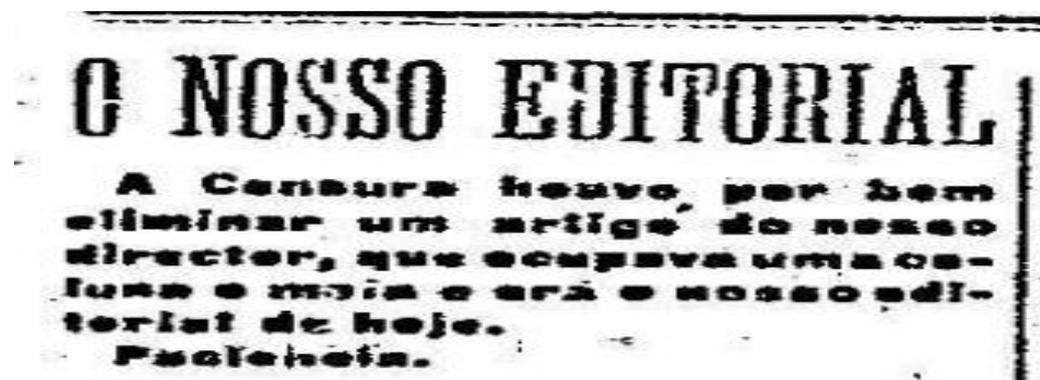
Em um texto chamado *Manifesto ao público*, de 18 de março de 1916, João Albasini veio aos leitores manifestar sua indignação com a censura que começou a imperar na sociedade portuguesa e trouxe reflexos nos impressos de Moçambique. É interessante ressaltarmos que a censura era algo inconstitucional na Primeira República Portuguesa. Albasini justificava que era impossível a suspensão do jornal, mas este seria impresso conforme a demanda de papel que existia e ficava claro em seus argumentos que os editores do periódico faziam uma espécie de “auto-censura” para burlar os censores do Estado para poder noticiar informações a seu público leitor:

Na impossibilidade manifesta de suspendermos o jornal para não embarçar de modo algum a ação do Governo tomando tempo precioso aos seus delegados com revisões de provas e digestão de textos passados, mesmo porque (deixa passar!...) – não se apaga um farol da costa sem causa graves embaraços à navegação – e ainda por que o publico paciente que nos atura precisa de saber notícias frescas e desenvolvidas de tudo quanto pelo desventurado universo se vai passando, continuará *O Africano* noticioso a sahir enquanto houver papel acessível para a sua publicação, cortando, moderando, limando aqui e ali os exageros – que são fruta do tempo que d’uns quer d’outros e- deste modo espera servir o publico, não como os condimentos seus dilectos e puxavantes, mas ainda assim prato sofrível para paladares modestos<sup>58</sup>.

Além da censura que estava acontecendo, o papel foi um dos principais problemas nos dois primeiros meses de entrada dos lusitanos no conflito mundial. Como falado anteriormente, o periódico sofreu com algumas baixas no seu número de paginação devido o início do conflito mundial. Entretanto, com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial um expediente foi colocado para dar uma justificativa a seus leitores ao tamanho reduzido de *O Africano* no dia 15 de abril de 1916:

Caríssimos leitores e amigos é com a mais profunda magoa que vos apresentamos hoje “O Africano” inesperadamente para vos, com as suas dimensões um pouco encurtadas! Foi um caso de força maior que nos impediu a esta resolução desesperada, para não termos que fazer sustar a marcha regular desta gazeta que, e sem validade o dizemos, se esforça por ser um papel de atividade publica. Há talvez dois meses que vimos buscando d’uma maneira extraordinária pra a falta de papel comprando um bocado aqui outro acolá, por preços exageradissimo, o quántuplo do preço d’algo. Agora, porém, nem isso já podemos fazer porque do papel que necessitávamos apenas uma casa local possui uma insignificante porção (...)<sup>59</sup>.

A prática da censura se pendurou até os momentos finais do conflito mundial. No ano de 1917, teremos um editorial de *O Africano* que foi inteiramente censurado e os seus editores vem a público justificar porque aquele número estaria sendo impresso sem essa importantíssima coluna, percebemos um certo tom irônico ao ser noticiado o fato expresso pela palavra ‘paciência’:

**Imagem 6. Editorial censurado em *O Africano***

Fonte: *O Africano*. Lourenço Marques, 14 de abril de 1917 (521).

Em um texto publicado em abril de 1916<sup>60</sup>, João Albasini, elenca as dificuldades que o periódico passava devido a censura. O título do escrito era *A Censura*, com o subtítulo “...Morreu pregado na cruz por pregar a Verdade...”, nesse subtítulo já percebemos a comparação que o autor empregou ao comparar o martírio que Jesus Cristo teve em sua vida de pregação as dificuldades que o periódico enfrentava. Percebemos logo nas primeiras linhas as dificuldades que os escritores passavam com o emprego das palavras a partir da instauração da censura:

Não é sem um calafrio na espinha dorsal que um pobre escrevinhador de um vil jornalesco vê o traço temeroso do lápis iracundo da Censura pudibunda, sobre umas pobres, repuxadas, estéreis linhas de péssima prosa – que com esforço se expremeu para o papel em locubrações nocturnar, agonisantes e afflictivas, sacudindo o mosquito, fumando detestáveis cigarro<sup>61</sup>.

Nessa pequena carreira de texto percebemos a insatisfação do escritor com a prática da censura e sua preocupação com o uso das palavras, porque qualquer palavra que desagradasse os censores poderia causar até a exclusão completa do artigo no periódico. Além disso, é interessante atentarmos que esse texto foi escrito um mês após a instauração da Censura Oficial a partir da lei 495 de 28 de março de 1916 que instituía a Censura Prévia na República Portuguesa, dessa forma podemos notar os descontentamentos iniciais que os editores de *O Africano* sofriam.

Os censores são vistos na ótica do texto como aqueles que teriam um olhar acurado para a organização do jornal e seus textos publicados, não dando para escapar nem os mínimos detalhes de qualquer tentativa de burlar a desaprovação de certos temas, pois

possuiriam uma “lente meticulosa e potente” para perceber e analisar qualquer tentativa de fraudar a prática da censura. Nas palavras de João Albasini, os editores e colaboradores de *O Africano* estavam à mercê da vontade dos censuradores:

Essa mercê honrosa – a lente potente e meticulosa que foca insignificâncias e o mata-piolhos em riste que suprime miasmas – distinção imerecida que agradecemos, tem sido por nós “gramada”, chuchando em espírito com gula o brado talvez indignado mas não expresso – por decôro, que acompanha o traço furioso que chilra prova provoca. “Ad Majorem Dei Gloriam”! Seja feita a vossa vontade<sup>62</sup>.

Para João Albasini críticas as práticas administrativas como a má condução dos governadores coloniais, a situação da colônia, a falta de infraestrutura da localidade e as mazelas que de forma cotidiana aconteciam em Moçambique eram vistas pelos censuradores como um julgamento a Pátria. Dessa forma, quem denuncia-se qualquer problema que a localidade estava passando com a Primeira Guerra Mundial era visto como antinacional e antipatriótico.

É interessante salientarmos que dentro do texto *A Censura*, João Albasini ressalta que a prática de censurar não era algo novo na História jornalística e tal ato era algo comum devido ao jornal não ser um espaço neutro, mas um local de disputa de opiniões e, por ser um veículo público, um ambiente de briga de poderes divergentes. Entretanto, o autor salienta que em tempos como aquele, a ‘neutralidade’ era uma forma dos escritores viverem sem problemas e indiferentes aos acontecimentos cotidianos:

Foi sempre difícil em todos os tempos a missão de jornalista: principalmente para aqui que se dá ao longo intento de agradar a todos: gregos, troianos e, se nos permitem a classificação, os neutros, porque em matéria de opiniões há quem pense que “amor” se escreve com A, outros com H, e outros por deficiência de visão, não lobrigando “nienti” vão ao exagero de supor que “amor” não existe. E estes vivem felizes, indiferentes à fúria alucinada dos definidores de tão caprichosa paixão.

Com o aspecto irônico que sempre permeava a escrita de João Albasini, ele salientava que *O Africano* tem feito da sua maneira a crítica a prática da censura que estava sendo empregada nos meios jornalísticos. Notamos que ao defender a não submissão do periódico a prática da censura, o editor e diretor do jornal salientava os genes militante e combativa que permeava as linhas do impresso desde a sua criação:

De um modo genérico temos tratado de criticar, rindo à nossa moda – porque segundo os ingleses também há o “rir de cavalo”, “horse’s laugh”; a nossa atabalhoada e poeirente crítica, apalpando os varos e múltiplos aspectos do nosso ser sociológico – física e materialmente falando, como diria Macario – não visa a

demonstrar que, mesmo chorando, fizéssemos melhor obra. A nossa maneira de ver, de apreciar, que pode talvez não ser aquela coisa chamada opinião corrente, aquela que leva os povos à felicidade, é todavia de fins honestos, tendendo apenas a mostrar que não sabemos dizer “Amem” a tudo por temor ou amor às consequências ou conveniências.

Através da ironia que permeava as críticas sociais empregadas no periódico, João Albasini acreditava que seria uma forma de escapar dos censores e isso ele deixava nítido ao resgatar o termo *ridendo castigat mores* no texto *A Censura*. Para o autor, a direção de *O Africano* acatava “reverentes” a Censura estipulada a partir da lei 495, mas essa sujeição a legislação seria feita “à nossa moda”.

### Considerações Finais

Como levantado ao longo do artigo, a prática da censura que foi instalada pela Primeira República, após a entrada do país na Primeira Guerra Mundial, não ficou restrito apenas a Portugal, mas a todo seu Império Colonial. Nesse momento, estava acontecendo o surgimento de uma imprensa mais fortalecida, comparada a anos anteriores, em Moçambique que não acatou de forma agradável a prática da proibição de circulação de ideias.

*O Africano* foi vítima dos censores impostos em Moçambique. Entretanto, perceberemos em suas páginas o tom jocoso que os editores-chefes trataram a prática da censura. Desde o primeiro momento seu diretor, João Albasini, deixou claro que a Censura Prévia estava sendo empregada no impresso, não fazendo questão de esconder que a República acometia a localidade com tais atos.

Em diversos momentos João Albasini criticou abertamente, em tons irônicos, a instalação da censura na localidade. É interessante ressaltarmos, que o principal texto que condenava tais prática em Moçambique se denominava *A Censura* e não teve em nenhum momento suas partes retiradas. Esse fato faz refletirmos até que ponto os censores empregados para fiscalizar o periódico conseguia compreender as ironias presentes em suas linhas. Além disso, ao se posicionar contrários a instalação da censura, *O Africano* reafirmava seu carácter combativo que estava presente desde o seu nascimento enquanto jornal.

## Notas

- <sup>1</sup> LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 18.
- <sup>2</sup> *Idem*.
- <sup>3</sup> HOHLFELDT, Antonio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, jan./jun. 2009, p. 143.
- <sup>4</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal “O Africano” (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 128.
- <sup>5</sup> HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique. João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*. V. 6, n. 1, 2010, p. 196.
- <sup>6</sup> ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p. 90-91.
- <sup>7</sup> Fátima Mendonça assinala que a política de assimilação do Estado Colonial Português era produzir um grupo social intermediário que servisse de suporte a colonização, uma pequena burguesia africana que serviria seus interesses. Entretanto, foi deste grupo que surgiu as primeiras reivindicações políticas como as posições contrária a portaria dos Assimilados de 1917, crítica ao vinho colonial e a forma de instrução desenvolvida em Moçambique. MENDONÇA, Fátima. “Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique”. IN: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012, p. 199.
- <sup>8</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 128-129.
- <sup>9</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 132.
- <sup>10</sup> SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 132-134.
- <sup>11</sup> ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, SP, v. 11, n. 1, 1988, p. 80.
- <sup>12</sup> *O Africano*, 11 de junho de 1913, ano 3, n. 118.
- <sup>13</sup> *O Africano*, 14 de junho de 1914, ano 4, n. 223.
- <sup>14</sup> AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011; ANDERSON, Perry. *Portugal e o ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808- 1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998; CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento econômico de 1890 a 1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979; CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vols. I e II, Coimbra: Faculdade de Letras, 1991; CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990; MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980; MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. v. II. Lisboa: Palar Editores, 1998; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal – da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991; PINTO, António Costa. “Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República”, *Penélope*, nº. 19-20, 1998. p. 43-70; RAMOS, RUI. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001; TELO, António José. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: A regra do jogo, volume 1: 1980, volume 2: 1984; TELO, António José. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994; TELO, António José, *Primeira República – Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010; TORRES, Adelino. *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Esher, 1991; VALENTE, Vasco Pulido, *A “República Velha” (1910-1917)*, Lisboa: Gradiva, 1997; VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 3<sup>a</sup> ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- <sup>15</sup> *O Africano*, 12 de outubro de 1911, ano 1, n. 23.
- <sup>16</sup> *O Africano*, 10 de outubro de 1912, ano 3, n. 73.
- <sup>17</sup> ZAMPARONI, Valdemir. Saúde e Fraternidade: ecos e leituras da proclamação da República Portuguesa em terras africanas. *Anos 90*, Porto Alegre: v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 111-129.
- <sup>18</sup> MOREIRA, José. *Os assimiladores, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997, p. 47.
- <sup>19</sup> ZAMPARONI, Valdemir. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte, GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 47.

- <sup>20</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural da Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- <sup>21</sup> MACEDO, Tânia; Maquêa, Vera. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007, p. 12.
- <sup>22</sup> NOA, Francisco P. S. “Da literatura e da imprensa em Moçambique”. IN: RIBEIRO, F; SOPA, A. (Coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: AMOLP, 1996, p. 237.
- <sup>23</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930). IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 510.
- <sup>24</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 512.
- <sup>25</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 513.
- <sup>26</sup> AFONSO, Aniceto. *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres (1914-1918)*. Lisboa: Quidnoi, 2008, p. 10-11.
- <sup>27</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 513.
- <sup>28</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 17.
- <sup>29</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 517.
- <sup>30</sup> CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C Editores, 1934, p. 117-118.
- <sup>31</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 30.
- <sup>32</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 52.
- <sup>33</sup> CAMACHO, Brito. *op. cit.*, p. 13.
- <sup>34</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 518.
- <sup>35</sup> CAMACHO, Brito. *op. cit.*, p. 85.
- <sup>36</sup> MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalho da minha vida*. Vol IV. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945, p. 112.
- <sup>37</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 514.
- <sup>38</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 113.
- <sup>39</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 110.
- <sup>40</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 229.
- <sup>41</sup> *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*. Sessão de 16 de dezembro de 1914. Intervenção de Rodrigues Gaspar (Ministro das Colônias), p. 13.
- <sup>42</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 37.
- <sup>43</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 230-232.
- <sup>44</sup> *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*. Sessão de 28 de julho de 1915. Intervenção de Norton de Mattos (Ministro das Colônias), p. 6.
- <sup>45</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 28-29.
- <sup>46</sup> *Diário das Sessões do Congresso*. Sessão de 10 de março de 1916. Intervenção de Augusto Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), p. 6.
- <sup>47</sup> *Diário das Sessões do Congresso*. Sessão de 10 de março de 1916. Intervenção de Augusto Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), p. 7-8.
- <sup>48</sup> *Diário das Sessões do Congresso*. Sessão de 07 de agosto 1916. Intervenção de Antonio José de Almeida (Presidente do Ministério e Ministro das Colônias), p. 14.
- <sup>49</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: Dom Quixote, p. 57.
- <sup>50</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *op. cit.*, p. 57.
- <sup>51</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 91.
- <sup>52</sup> MATTOS, Norton de. *op. cit.*, p. 234.
- <sup>53</sup> MENESES, Filipe Ribeiro. O Império Português. IN: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez. *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, 2014, p. 350.
- <sup>54</sup> MENESES, Filipe Ribeiro. *op. cit.*, p. 351.
- <sup>55</sup> AFONSO, Aniceto. *op. cit.*, p. 92.
- <sup>56</sup> OLIVEIRA, Pedro Aires. A república e a Guerra, 1914-1918. IN: AMARAL, Luciano (org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, 211.
- <sup>57</sup> Tais ocorrências ocorreram no periódico nos números: 11 de março de 1916 (407), 15 de março de 1916 (408) e 19 de abril de 1916 (418).
- <sup>58</sup> *O Africano*, 18 de março de 1916, ano 5 (7), n. 409.
- <sup>59</sup> *O Africano*, 15 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 417.

---

<sup>60</sup> *O Africano*, 22 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 419.

<sup>61</sup> *O Africano*, 22 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 419.

<sup>62</sup> *O Africano*, 22 de abril de 1916, ano 5 (7), n. 419.

## Referências

AFONSO, Aniceto. *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres (1914-1918)*. Lisboa: Quidnoi, 2008.

AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808- 1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento econômico de 1890 a 1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979.

CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C Editores, 1934.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vols. I e II, Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.

*DIÁRIO DAS SESSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.*

*DIÁRIO DAS SESSÕES DO CONGRESSO.*

HOHLFELDT, Antonio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, jan./jun. 2009, pp. 135-154.

HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique. João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*. V. 6, n. 1, 2010, pp. 195-214.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MACEDO, Tânia; Maquêa, Vera. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

---

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. v. II. Lisboa: Palar Editores, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal – da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalho da minha vida*. Vol IV. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945.

MENDONÇA, Fátima. “Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique”. IN: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012.

MENESES, Filipe Ribeiro. O Império Português. IN: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez. *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.

MOREIRA, José. *Os assimiladores, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

NOA, Francisco P. S. “Da literatura e da imprensa em Moçambique”. IN: RIBEIRO, F; SOPA, A. (Coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: AMOLP, 1996.

OLIVEIRA, Pedro Aires. A república e a Guerra, 1914-1918. IN: AMARAL, Luciano (org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70.

PINTO, António Costa. “Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República”, *Penélope*, nº. 19-20, 1998. p. 43-70.

PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. Lisboa: Dom Quixote, s.d.

RAMOS, RUI. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural da Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal “O Africano” (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, 1992, pp. 127-179.

---

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930). IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

TELO, António José. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: A regra do jogo, volume 1: 1980, volume 2: 1984.

TELO, António José. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

TELO, António José, *Primeira República – Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.

TORRES, Adelino. *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Esher, 1991.

VALENTE, Vasco Pulido, *A “República Velha” (1910-1917)*, Lisboa: Gradiva, 1997.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 3ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, SP, v. 11, n. 1, 1988, pp. 73-86.

ZAMPARONI, Valdemir. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte, GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ZAMPARONI, Valdemir. Saúde e Fraternidade: ecos e leituras da proclamação da República Portuguesa em terras africanas. *Anos 90*, Porto Alegre: v. 21, n. 40, dez. 2014, pp. 111-129.